

# Diário do Legislativo de 09/07/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 188ª Reunião Especial - Homenagem à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Gabinete Militar do Governador do Estado - CEDEC-MG

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - RELATÓRIO

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

ATA

ATA DA 188ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 27/6/2002

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Carlos Pimenta - Exibição de vídeo - Palavras do Coronel Rúbio Paulino Coelho - Palavras do Coronel James Ferreira Santos - Apresentação musical - Entrega de placas - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Durval Ângelo - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Braga - José Henrique - Maria Olívia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Glycon Terra Pinto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Coronel PM Rúbio Paulino Coelho, Chefe do Gabinete Militar do Governador, representando o Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Coronel PM James Ferreira Santos, Secretário-Executivo da CEDEC-MG; Major da Aeronáutica Wagner Francisco da Silva Garcia, representando o Coronel-Aviador Márcio João Zaneti, Comandante do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica; Nilo de Abreu Lima, Coordenador de Defesa Civil do Distrito Federal; Simeão Lopes, Diretor do Instituto de Criminologia, representando o Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Márcio Barroso Domingues; Coronel José Maria Gomes, Presidente da COHAB; José Athiê Campos Cruz, Diretor da Associação Comercial de Minas; e o Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, da Exma. Sra. Secretária de Estado do Trabalho, Assistência Social, Criança e do Adolescente, Tereza de Lamare.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Gabinete Militar do Governador do Estado - CEDEC-MG - pelos relevantes serviços prestados à sociedade mineira.

#### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pela Banda de Música da Companhia de Guardas, sob a regência do 1º-Tenente-Músico, João Bernardino de Araújo Filho.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Sr. Presidente

É com intensa satisfação que esta Presidência dá início à reunião especial em homenagem à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Gabinete Militar do Governo do Estado - CEDEC -, atendendo a requerimento apresentado pelo Deputado Carlos Pimenta e outros parlamentares.

Este parlamento reconhece a alta relevância da atuação da CEDEC em prol da população de nosso Estado, notadamente aquela das áreas mais castigadas pelas intempéries, como é o caso da sofredora gente da região norte-mineira.

A Defesa Civil surgiu como solução em tempo de guerra, para tentar proteger os cidadãos, em especial as crianças e os mais velhos, dos absurdos gerados pelo ímpeto humano da destruição. As guerras, com sua crueldade, alertaram os governos para os perigos a que se expunha a população civil. Essa lição, penosamente aprendida, inspirou o surgimento de uma organização - modelo, que, entre nós, se estruturou como a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Ao se mostrar eficaz para proteger os cidadãos dos ataques que ocorriam durante as guerras, a ação da Defesa Civil tornou-se aplicável por ocasião dos grandes desastres naturais. Atualmente é possível prevê-los, adotar medidas para atenuar seus efeitos e opor resistência às perturbações ocasionadas por fenômenos da natureza. No entanto, para que a Defesa Civil tenha êxito em suas ações, é imprescindível o esforço coletivo, com a participação ativa das populações atingidas pelas calamidades.

A vinculação da CEDEC ao Gabinete Militar do Governador do Estado promove a articulação entre a sociedade civil e a Polícia Militar, possibilitando uma atuação conjunta em prol do cidadão. Os princípios que regem as ações da CEDEC são a democracia, a cidadania e a solidariedade, sentimento humanitário por excelência.

O atendimento prestado pelo sistema de defesa civil estadual aos cidadãos, sobretudo aos mais desprovidos, tem sido rápido, decisivo e constante. Tal eficiência se deve ao planejamento e ao controle exercidos pela CEDEC.

Para orientar suas atividades, a CEDEC recorre a estudos científicos, como a meteorologia, e à análise de atos humanos predatórios que possam interferir nos ciclos da natureza. Defesa civil implica também defesa do meio ambiente, aplicação de conhecimentos e discussão sobre os problemas que afetam a sociedade.

Se queremos, por exemplo, fixar a população no campo e evitar a sua transferência para as carentes periferias dos grandes centros urbanos, é preciso refletir sobre as condições em que vivem essas pessoas. É preciso prover as necessidades do homem do campo para que ele tenha vontade de permanecer na sua terra.

Muito mais que um órgão assistencial, a Defesa Civil é uma estrutura ativa e integrada às políticas sociais do Estado. Irmana os setores civis e militares e reflete as idéias que esta Assembléia Legislativa, em seu democrático diálogo com o Executivo, tem procurado pôr em prática.

Portanto, caros representantes e dirigentes da CEDEC, manifestamos hoje, em nome deste parlamento, o reconhecimento do Estado de Minas Gerais à prontidão e ao rigor com que têm atuado para amenizar as adversidades que afligem a nossa população.

#### Palavras do Deputado Carlos Pimenta

Exmos. Srs. 2º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Wanderley Ávila, neste momento representando o Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio, que recebe também na sua cidade natal, em Pará de Minas, uma homenagem do seu povo; Cel. Rúbio Paulino Coelho; meu particular amigo, Cel. James Ferreira Santos - em nome do Cel. James, queremos cumprimentar todos os militares, que compõem o Gabinete Militar e, em especial, a Coordenadoria de Defesa Civil do Estado de Minas Gerais -; Wagner Francisco da Silva Garcia; Nilo de Abreu Lima; Simeão Lopes; Cel. José Maria Gomes; Dr. José Athiê Campos Cruz; Prefeitos aqui presentes - quero saudá-los a todos na pessoa do Presidente da AMAMS -; Prefeito Ronaldo Mota Dias, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, é com vivo entusiasmo que participo desta reunião especial em homenagem à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Gabinete Militar do Governo do Estado - CEDEC.

O excelente trabalho realizado por essa Coordenadoria levou-me a tomar a iniciativa de promover este ato público, que recebeu a imediata adesão dos colegas Deputados Estaduais desta Casa - e quero saudá-los a todos, principalmente os que aqui estão. Foi uma proposta aprovada pela unanimidade desta Casa Legislativa.

A CEDEC, que desfruta de grande prestígio junto à população mineira, tem forte vocação humanitária. Inspirou-se na idéia ancestral de solidariedade, que amadureceu e evoluiu com a história e as civilizações, pois o homem, desde cedo, descobriu a importância do apoio mútuo para a sua sobrevivência.

Assim, quando os povos organizados passaram a guerrear, tiveram, em determinado momento, de se preocupar com os que não participavam das lutas. Na antigüidade, segundo narrativas, foram adotadas as primeiras providências para proteção das pessoas que permaneciam na cidade, enquanto os exércitos se deslocavam para as batalhas.

É durante a Segunda Guerra Mundial, no entanto, que surge uma organização estruturada para proteger as populações das grandes cidades e dos centros industriais submetidos ao ataque aéreo inimigo.

Essa organização é estabelecida na Inglaterra, com a denominação de "civil defense" e visava atenuar o sofrimento da população civil vitimada pelos bombardeios alemães. Adotada por outros países em tempo de paz, a idéia é adaptada para a redução dos efeitos das calamidades e desastres nacionais, como terremotos, incêndios, inundações.

Também entre nós, o sistema estadual de defesa civil encarrega-se de prevenir os efeitos dos transtornos de grande alcance, socorrendo as populações atingidas, com emprego racional de recursos e o controle adequado de emergência. A organização do sistema de socorro à coletividade implica a articulação das entidades públicas com as forças e os recursos comunitários. As bases de sustentação da CEDEC são as diversas unidades da Polícia Militar que constituem as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil.

A CEDEC tem atuado em todas as regiões, mas dedica especial atenção aos municípios do Norte, Noroeste e Nordeste de Minas, já que estes têm sido mais duramente atingidos pelas calamidades.

Neste momento, abro um parêntese para trazer, em meu nome, em nome dos parlamentares que compõem a bancada do Norte de Minas, do vale do Jequitinhonha, do Mucuri e - por que não? - em nome de todas as regiões do Estado de Minas Gerais, os nossos sinceros agradecimentos à CEDEC.

Foram vários os momentos, principalmente nesses últimos anos, quando a nossa região enfrenta um estado prolongado de secas, em que a CEDEC esteve nos auxiliando, mostrando a sua presença, a sua competência e, principalmente, estando ao lado do mineiro que passava e ainda passa, infelizmente, por grandes dificuldades.

Cel. James, em nosso nome, em nome dos Prefeitos que aqui estão e dos que aqui não puderam comparecer, quero trazer o nosso agradecimento e dizer que nos sentimos amparados por essa instituição, que é formada por policiais militares, por voluntários, uma instituição que nunca se furtou a estar presente nos momentos mais difíceis. Todos sabemos que é exatamente nos momentos difíceis que encontramos os bons amigos. E a CEDEC, para nós, tem sido uma instituição amiga, uma instituição presente.

Na verdade, por trás das preocupações dessa Coordenadoria, está também o interesse em manter o homem em sua região, atenuando o êxodo para os grandes centros, nos quais ele se confronta com a marginalidade e a miséria, e acaba, de alguma forma, envolvendo-se na crescente criminalidade urbana, que tem sido o principal mal da sociedade contemporânea.

Entre as tarefas mais amplas da CEDEC, destacam-se a prevenção aos desastres e o estudo de suas causas. Desse modo, os alertas meteorológicos mostram, nas diversas regiões do Estado, possíveis focos de incêndios florestais, em razão da baixa umidade do ar, do aumento da temperatura e da ausência de chuvas. Como medidas preventivas, a população das áreas de alto risco é orientada para o perigo das queimadas, e as brigadas de incêndio florestal permanecem de sobreaviso.

Levantamentos e pesquisas são também efetuados junto aos órgãos municipais e do Estado, visando encontrar as causas de eventuais desastres. Um exemplo a ser lembrado é o dos recentes abalos sísmicos registrados em Pedro Leopoldo. Nessa oportunidade, a CEDEC procurou reunir dados sobre a rotina das empresas de extração de produtos do solo - minérios, calcário, pedras - na região, incluindo Matozinhos, Mocambo e Capim Branco, para encaminhá-los a especialistas em geociências, com o objetivo de detectar as possíveis causas dos abalos.

É esse trabalho minucioso e integrado - inteiramente voltado para o atendimento à população, com o propósito de prevenir as catástrofes e antecipar os efeitos das intempéries - que tem tornado a Defesa Civil tão cara ao povo mineiro. E é em nome desse nosso povo que cumprimento os integrantes da CEDEC, agradecendo-lhes pelos relevantes serviços prestados, sobretudo em favor dos mais carentes.

Antes do nosso muito obrigado, queria pedir ao Presidente que, no momento em que esta Casa fizer a entrega da placa alusiva a este acontecimento, convidasse o nosso Prefeito de Verdelândia, José de Souza Gomes, para, em nome do seu município e do Norte de Minas, também prestar um justo reconhecimento à nossa CEDEC. Muito obrigado!

#### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Neste instante, será exibido um vídeo institucional produzido pelo Gabinete Militar do Governador do Estado.

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Palavras do Coronel Rúbio Paulino Coelho

Exmos. Srs. 2º-Secretário da Assembléia, Deputado Wanderley Ávila, representando o Presidente, Deputado Antônio Júlio; meu caro amigo, Cel. James Ferreira Santos; Maj. Wagner Francisco da Silva Garcia; Nilo de Abreu Lima, é um prazer recebê-lo em Belo Horizonte, nesta data; Dr. Simeão Lopes; Cel. José Maria Gomes; José Athiê Campos Cruz; Deputado Carlos Pimenta; Srs. Deputados aqui presentes; Sra. Secretária de Estado do Trabalho da Assistência Social, da Criança e do Adolescente; Srs. Prefeitos, militares da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, prezados voluntários da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, senhoras e senhores.

Com grande satisfação e muito orgulho, todos nós, integrantes do Gabinete Militar do Governador e da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais, estamos aqui presentes e sentimos-nos honrados por esta importante homenagem prestada pelos legítimos representantes da comunidade mineira não só à CEDEC, mas também ao Governo do Estado de Minas Gerais.

É um momento especial para agradecermos aos cidadãos, às entidades, às empresas, aos voluntários, às autoridades, aos funcionários civis e militares, enfim, a todos que têm contribuído para a consecução dos objetivos e das atividades inerentes ao Gabinete Militar e Defesa Civil.

Não poderia deixar, neste momento, de fazer um agradecimento muito especial ao Cel. James, Secretário Executivo da CEDEC, pois, tendo-o à frente desse órgão, tudo se torna mais fácil, leve e prazeroso, ainda mais se considerarmos sua equipe de policiais militares e do Corpo de Bombeiros, de funcionários civis e, acima de tudo, de valorosos voluntários, que participam conosco e nos dão vontade e exemplo para conseguirmos atingir os nossos objetivos.

Portanto, Cel. James, prezado amigo e companheiro, fico muito à vontade para hoje cumprimentá-lo e dividir com você e toda a nossa CEDEC esta homenagem prestada.

Entre os diversos programas e atividades desenvolvidos pela Defesa Civil, temos priorizado as ações visando a minimizar o sofrimento de nossos irmãos menos favorecidos, na sua árdua luta pela sobrevivência, atingidos por conseqüências nocivas de eventos desastrosos, prestando-lhes os necessários auxílios material e moral.

Com a finalidade de prestar um atendimento eficiente junto à população, o Governo do Estado não mediu esforços em dotar a CEDEC de recursos materiais para cumprir suas atribuições.

Nesta oportunidade, registramos nosso profundo agradecimento ao Exmo. Sr. Governador Itamar Franco, cuja sensibilidade para a questão social da comunidade mineira é grande, dando-nos o suporte necessário para o desenvolvimento de nossas atividades.

Quero abrir um parêntese para ressaltar o trabalho incansável do Governador Itamar Franco à frente do Governo do Estado, principalmente, no que diz respeito ao Gabinete Militar e à CEDEC, pois, nos momentos mais aflitivos da comunidade mineira, esteve presente, como, por exemplo, na época das enchentes de janeiro e fevereiro. Ele viajou pelas regiões mais atingidas do Estado e, em momento algum, deixou de acatar as principais reivindicações e as necessidades primeiras das comunidades.

O Governo do Estado determinou que se atendessem a todos os nossos pedidos de ações emergenciais, envolvendo a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Secretaria da Agricultura, o Departamento de Estradas e Rodagens, a Secretaria do Meio Ambiente, a CEMIG e a COPASA, e executou todas as ações necessárias ao restabelecimento da ordem.

Recentemente tivemos a satisfação de receber do Governador do Estado novos equipamentos, viaturas, materiais de Primeiro Mundo, que hoje estão à disposição do povo de Minas Gerais, por meio da CEDEC. Felizmente, nosso Governador tem atendido a todos os pleitos, e os policiais militares e Bombeiros, cada vez mais, estão aperfeiçoando seu trabalho, através de cursos, estágios e seminários.

Para a satisfação do povo de Minas Gerais, podemos dizer que a nossa Defesa Civil está entre as melhores do Brasil. Esse fato pode ser confirmado pelo Ministro da Integração Nacional, que aqui esteve no início do ano. É motivo de orgulho e também de agradecimento ao nosso Governador por essas ações recentes, junto à Defesa Civil. A mais recente foi a sua ordem de serviço com vistas a dotar a nossa Defesa Civil de um centro de emergência. Estamos envolvidos nesse trabalho junto aos demais órgãos do Estado, instalando a nova Defesa Civil, que está sendo extremamente bem conduzida pelo nosso Secretário Executivo, Cel. James. Essa central de emergência será instalada na Rua Manaus, no 6º andar do prédio do DEOP, onde contaremos com os integrantes dos diversos órgãos, do IGAM, do Instituto de Gestão de Águas, e da CEMIG, com meteorologistas e geólogos, que participarão das ações da Defesa Civil do Estado. Esse é mais um passo importantíssimo que a Defesa Civil dá no sentido do aprimoramento e da busca da qualidade no atendimento às comunidades mineiras.

Todos nós temos uma soma de deveres a cumprir. A vida exige de cada um o direito de lutar e vencer. Os únicos títulos de orgulho que devemos ostentar têm de ser os mesmos para todos: trabalho e honradez.

Nesta memorável data e neste Plenário, onde somos sabedores do empenho dos Srs. Deputados na discussão e na elaboração das leis e no debate de assuntos de interesse da nossa comunidade das Gerais, agradeço a manifestação de apreço e de carinho do Legislativo Estadual, tão bem conduzido pelo Exmo. Sr. Deputado Antônio Júlio, pelo acatamento da proposta do companheiro integrante desta Casa, Deputado Carlos Pimenta, a quem agradeço pela distinção, apresentando nossa profunda gratidão por esta homenagem que, por certo, será um grande marco do Gabinete Militar do Governador e da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. Ao nosso Deputado Carlos Pimenta, o nosso agradecimento especial pelo seu trabalho e pela preocupação extrema em conduzir as questões relativas a desastres e às questões relativas ao sofrimento do povo, principalmente do vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas Gerais. Os Deputados desta Casa mantêm contatos constantes com o Gabinete Militar e com a CEDEC, sempre com a preocupação de minorar o sofrimento das comunidades mais carentes de Minas Gerais. Felizmente, temos tido uma relação respeitosa, que cresce cada vez mais no sentido de contribuir para uma Minas Gerais mais forte e mais saudável do ponto de vista social, principalmente.

O direito à vida há que nortear sempre as ações dos Governadores em todos os níveis, seja no federal, no estadual ou no municipal. A vida, bem supremo a ser preservado, constitui, em última análise, o foco e objeto de todas as ações de defesa civil.

Aproveito a oportunidade para ratificar o nosso apreço, lealdade e distinta consideração para com os insígnies integrantes da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, formulando efusivos votos de êxito e continuado sucesso nos propósitos de interesse da comunidade mineira, colocando-nos à disposição do Gabinete Militar do Governador.

Que Deus nos ilumine e nos proteja na labuta diária, guiando-nos sob os ditames da lei e da justiça, para que possamos cumprir, de maneira honrosa e digna, nossa nobre missão neste plano de vida. Muito obrigado por esta homenagem.

Palavras do Coronel James Ferreira dos Santos

Deputado Wanderley Ávila, representando o Presidente, Deputado Antônio Júlio; meu Comandante, Cel. Rúbio Paulino Coelho; Maj. Wagner Francisco da Silva Garcia; meu amigo, Dr. Nilo de Abreu Lima; Dr. Simeão Lopes; Com. José Maria Gomes; José Athiê Campos Cruz; meu querido Deputado Carlos Pimenta; Deputado Dimas; demais Deputados presentes; meus caros colegas da Defesa Civil, do Gabinete Militar e da Polícia Militar; amigos voluntários da Defesa Civil dos municípios; demais amigos presentes; Prefeito Zé de Tide, que está representando os demais Prefeitos; meu caro amigo Ronaldo Mota, da AMAMS, com quem temos um bom relacionamento, tendo em vista que uma das principais atividades-fim do Gabinete Militar da CEDEC são os municípios da antiga área da SUDENE, que agora se chama ADENE e inclui os municípios da área do Mucuri. Quando estava vindo para a Assembléia, pensei em fazer uma afirmativa e acho que vou fazê-la: a Assembléia vive sem a CEDEC, mas, atualmente, a CEDEC não vive sem a Assembléia. Vou explicar. A Assembléia tem-se constituído em um sismógrafo social, captando as ansiedades e as tensões sociais. Sabe onde está acontecendo a fome, o frio, os desastres, onde tem uma ponte caída, onde tem uma estrada destruída. Esses subsídios e informações têm chegado à CEDEC com uma velocidade muito grande, à frente até da imprensa e das informações da nossa PM-2, ou do serviço reservado do nosso Bombeiro. Por isso, temos podido tomar medidas rápidas para socorrer a nossa comunidade, além de trazer também algumas boas soluções.

Posso citar dois casos aqui. Um, por solicitação de um Deputado que levantou informações sobre um centro de drogados da cidade de Caetanópolis. Mandeí uma equipe até lá, levando alimentos e roupas. Quando a equipe chegou com esses alimentos, os internos estavam ali, esforçando-se para vencer o vício, e a direção da Casa não sabia mais o que fazer porque naquele dia não tinham mais alimentos. E foi através da informação de um Deputado que pudemos chegar lá. Temos aqui nossa funcionária Adelaide, que esteve em Felixlândia, onde fomos socorrer uma creche que é chefiada por irmãs de caridade que já tinham envidado todos os esforços possíveis para conseguir alimentos para suas crianças, que são muito carentes. Elas já tinham conseguido alimentos para o almoço e estavam pensando no que fariam para o jantar.

Segundo a Adelaide, quando viram o veículo da CEDEC chegar, pensaram ter sido obra da providência divina. Quando colocamos as cestas básicas no pátio, reuniram-se e oraram. Foi através de uma informação da Assembléia que pudemos socorrê-los.

Desde quando começamos, em 1999, desencadeamos várias ações com a participação dos Deputados. No ano 2000, naquele período chuvoso do Sul de Minas, tivemos uma assessoria muito boa dos Deputados. Fizemos uma campanha, em nível nacional, para arrecadar donativos para aquela região. Vieram tantos donativos que os comerciantes pediram-nos para parar, porque tinham compromissos a serem quitados e não estavam vendendo. Aí fizemos contato com os Deputados do Norte de Minas, que estava enfrentando a seca, para passar esses donativos para a população. Seguindo sugestão dos Deputados do Norte de Minas, passamos muitas coisas para aquela região, claro, com a permissão dos doadores. Muita coisa dessa campanha, então, foi para o Norte de Minas.

Posteriormente, conversando com o Maj. Teixeira, mostrei-lhe a necessidade de fazermos um programa de voluntários na CEDEC, porque passei muito aperto com os donativos recebidos. Estes vieram até do exterior. Mesmo com a colaboração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, sem um programa de voluntários bem estruturados, não íamos dar conta do recado.

Logo a seguir, fizemos um teste com a campanha SOS Fome e Vale do Jequitinhonha. Houve uma repercussão tão grande que foi um teste de fogo para os nossos primeiros voluntários, e até o pessoal da Defesa Civil, que nos ajudou muito também. O Dr. Caiafa, advogado da Casa Civil, disse-nos que uma campanha como aquela só a da Campanha do Ouro para o Brasil, dos "Diários Associados". Ele nunca viu uma campanha que arrecadasse tanta coisa quanto foi a Campanha SOS Jequitinhonha.

Posteriormente, fizemos a campanha Natal sem Fome, além de outras, que tiveram a participação do nosso pessoal da Defesa Civil. Mas a Defesa Civil do Estado não faz só isso. Acho importante divulgar outras ações que ela faz. Por exemplo, temos o nosso programa de abastecimento de água, por meio dos nossos caminhões-pipa, distribuídos prioritamente no Norte de Minas, vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Cerca de 200 caminhões estão nesses municípios desde 1990. Eles são da carga da Defesa Civil. Temos, ainda, o programa de assistência à saúde, 400 ambulâncias, que também pertencem à carga da Defesa Civil. Elas estão à disposição das Prefeituras. Precisamos renovar essa frota, que já está bastante antiga. É uma participação do Gabinete Militar e da CEDEC junto às Prefeituras.

Temos o programa de apoio aos pequenos agricultores, dividido em duas partes: patrulhas motomecanizadas, que os Prefeitos, através das associações, utilizam para melhorar as estradas de terra, e as patrulhas agrícolas, tratores e outros materiais, utilizados para pequenas agriculturas. Esse material é cedido às associações, que, em troca de uma pequena contribuição, fazem sua manutenção. Acho que é uma participação muito boa, porque é um incentivo ao federalismo, à participação do Estado, do município, das associações, porque ninguém pode sobreviver sozinho.

Temos ainda o Pró-Agasalho, implementado todo ano. No ano passado, compramos 125 mil cobertores. Estamos comprando novamente, não nessa quantidade, devido à situação financeira do Estado. Estamos tocando essa campanha, porque ela tem dado bons resultados. Dentro de pouco tempo, iremos distribuir o que arrecadamos.

Temos o Programa Estadual de Recuperação de Poços Artesianos Tamponados. Em 2000 convidei o Ronaldo na CEDEC e pedi uma sugestão. Disse a ele que tínhamos R\$400.000,00 da Loteria Mineira e que teríamos de usar isso para equipar poço artesiano. Ele disse que a CEDEC compraria o material e a Prefeitura faria o serviço. Com R\$400.000,00, equipamos 138 poços artesanais. Foi um dinheiro muito bem aproveitado. Foi um recurso que valeu muito para aquela região, porque havia locais onde as pessoas andavam 3km a 4km para buscar água, mas viam o poço artesiano perfurado, com a água lá em baixo, e não tinham como retirá-la.

Temos ainda as nossas frentes produtivas de trabalho, a Bolsa-Renda, que, apesar de ser custeada com recurso federal, com contrapartida estadual, é coordenada pela Defesa Civil. Temos o Programa Emergencial de Seca, em que distribuímos cerca de R\$3.000.000,00 em cestas básicas. Inclusive, os números da CEDEC, de 1999 até hoje, são números muito bons com relação a material adquirido. Adquirimos quase 1 milhão de cestas básicas e cerca de 700 mil colchões e cobertores. Para a população, pode ser um número pequeno, mas, para o Estado e para a nossa estrutura, é um número bastante considerável, comparando com outras gestões e com as atividades nossas em relação aos demais órgãos que são responsáveis também por essa área e que falam que não conseguem fazer o que a CEDEC faz. Temos convênio com o INCRA e temos curso de defesa civil para nossa CONDEC. São cursos de defesa civil em convênio com o Governo Federal, com instrutores até do exterior. Acho que a Defesa Civil teve a oportunidade de falar sobre o que faz, o que é, e temos oportunidade agora de falar sobre isso.

Essa é também uma oportunidade para agradecer ao Deputado Carlos Pimenta, ao Manoel Santana, à Graziela, que muito se esforçaram com relação a esta solenidade; ao Cel. Rúbio, pela confiança depositada em nossos funcionários civis, tanto da CEDEC quanto do Gabinete Militar, nossos colegas da Polícia Militar, nossos companheiros da CONDEC, nossos visitantes do Distrito Federal. Quero dizer que a grande novidade é o nosso Centro de Emergência. Ações isoladas do Estado estavam sendo feitas sem o controle de um órgão especial. Acontecia um envenenamento de água, o Bombeiro ia lá e fazia a ocorrência; o pessoal da Secretaria da Saúde ia lá e recolhia amostras; o pessoal do meio ambiente ia lá e fazia o seu trabalho. Mas um trabalho participativo, onde toda a documentação produzida fosse direcionada para um local, fosse mandada para o Poder Judiciário, para o Ministério Público, aferindo-se responsabilidades, determinando-se medidas para sanear o problema, um trabalho como esse que está sendo feito em Pedro Leopoldo, que está sendo feito para verificar onde vai acontecer uma tragédia, através do alerta meteorológico, através da prevenção de enchentes. Acho que esse Centro de Emergência é uma grande novidade, e os senhores vão ter notícias. É um trabalho participativo, com bons resultados, tanto é que estamos comemorando nada mais nada menos que esse trabalho participativo, em que quem está nos homenageando participou também desse sucesso. Muito obrigado.

#### Apresentação Musical

O Sr. Presidente - Convidamos os presentes a ouvir a banda de música da Companhia de Polícia de Guardas, que, sob a regência do 1º-Tenente-Músico João Bernardino de Araújo Filho, interpretará as seguintes músicas: "Flor Amorosa" e "Aquarela do Brasil".

- Procede-se à apresentação musical.

#### Entrega de Placas

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de fazer a entrega ao Cel. Rúbio Paulino Coelho, Chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado e Coordenador de Defesa Civil, de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Em nosso Estado, a Defesa Civil constitui a estrutura governamental de planejamento e execução, que visa prevenir conseqüências nocivas e socorrer populações atingidas pelo infortúnio. A homenagem do Poder Legislativo Estadual à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Gabinete Militar do Governador do Estado e a seus integrantes pelos relevantes serviços prestados ao povo mineiro. Deputado Antônio Júlio, Presidente.".

- Procede-se à entrega da placa.

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de fazer a entrega ao Cel. James Ferreira Santos, Secretário Executivo da CEDEC, Minas Gerais, de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres:

"O ano de 1977 marca, na história da Polícia Militar de Minas Gerais, o ingresso de um homem que percorreria brilhante trajetória de vitórias,

conquistas e reconhecimentos. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais homenageia o Cel.PM James Ferreira Santos pela extraordinária qualidade de seu trabalho e constante dedicação à Polícia Militar e à comunidade mineira. Deputado Antônio Júlio Presidente.".

- Procede-se à entrega da placa.

O Sr. Presidente - Atendendo à solicitação do Deputado Carlos Pimenta, esta Presidência abre uma exceção e convida a comparecer à Mesa o Prefeito de Verdelândia, José de Sousa Gomes, nosso querido Zé de Tide, que fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Coronel James Ferreira Santos.

- Procede-se à entrega da placa.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença, e cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões especiais de segunda-feira, dia 1º de julho, às 8h30min e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.637/2001

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

#### Relatório

O projeto de lei em exame, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, tem a finalidade de instituir o Programa de Resgate Histórico e Valorização das Comunidades Remanescentes de Quilombos em Minas Gerais - Projeto Quilombos - e dar outras providências, tomando por base o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República.

Preliminarmente, foi a proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com as Emendas nºs 1 a 3. A Comissão de Direitos Humanos opinou por sua aprovação com a Emenda nº 3, da Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da mesma Comissão.

Posteriormente, foi a proposição encaminhada à Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, que opinou pela sua aprovação com as Emendas nº 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresentou.

Vem, agora, a proposição a esta Comissão para receber parecer nos lindes de sua competência.

#### Fundamentação

A proposição que ora analisamos objetiva instituir o Projeto Quilombos, voltado para o resgate histórico e cultural das comunidades remanescentes dos quilombos, nome originalmente dado às antigas povoações constituídas por escravos foragidos.

Destacam-se entre tantos outros os quilombos de Cosme Velho e Ambrósio, em Minas; os de Jabaquara e Itapetininga, em São Paulo; o de Quariterê, em Mato Grosso. O mais importante, sem dúvida, foi o de Palmares, que, por volta de 1630, chegou a ter 10 mil habitantes, abrigando negros de origens diversas, índios em dificuldades e brancos pobres.

A proposição abrange, em seu art. 1º, as atividades que considera essenciais à formação do referido programa, a saber:

- a) identificação e demarcação dos territórios ancestrais e das terras remanescentes de quilombos no Estado;
- b) legalização dessas áreas, por meio do ITER;
- c) levantamento histórico e cultural dessas comunidades pela Fundação João Pinheiro, UEMG e UFMG;
- d) identificação de projetos culturais para enquadramento nas leis de incentivo à cultura;
- e) abertura de linhas de crédito no BDMG para incentivo de turismo ecológico, cultural e o implemento de projeto de desenvolvimento comunitário, agrário e social.

As Comissões anteriores, inclusive a de mérito, promoveram profundo estudo da matéria e apresentaram-lhe emendas a fim de aperfeiçoá-la.

Por seu turno, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou a Emenda nº 1, que objetivava retirar o caráter programático do projeto, visto que a elaboração e a execução de programas são atividades eminentemente administrativas, de competência do Poder Executivo. Dessa forma, deu-se nova redação ao art. 1º, aperfeiçoando-lhe o texto.

Cumprido, neste momento, manifestarmos a respeito do art. 3º do projeto e referendarmos a Emenda nº 2, apresentada pela mencionada Comissão, opinando por sua aprovação. O autor, ao propor que seja dada prioridade às comunidades remanescentes de quilombos no Estado, pelos programas de Geração de Renda e Qualificação Profissional desenvolvidos pela SETASCAD e geridos pelo Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda, em detrimento de outras, estabelece um claro favorecimento a essas comunidades, em prejuízo das demais que deixariam de ser beneficiadas pelo referido Programa.

Assim, entendemos que o órgão competente para avaliar quais comunidades deverão ser prioritariamente atendidas é o referido Conselho, que se mostra habilitado, sob os pontos de vista instrumental e legal, para fazer essa triagem.

Sob a ótica financeiro-orçamentária, inexistiu impacto ao erário público, pois as atividades arroladas na proposição com as quais o autor intenciona concretizar a futura lei já se encontram no âmbito das competências dos órgãos afins; não há, pois, que se falar em repercussão financeira.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.637/2001 no 1º turno, com as Emendas de nºs 1 a 3, elaboradas pela Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 4, apresentada pela Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2002.

Mauro Lobo, Presidente - Dilzon Melo, relator - Luiz Fernando Faria - Rêmoló Aloise.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 374ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 27/6/2002

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, todos sabemos que esta Casa Legislativa, quando quer, consegue imprimir ritmo rápido à votação dos projetos. A exigência do interesse público e determinadas conjunturas geram desejo político nos Deputados. Isso é louvável. Fui protagonista de projetos que tiveram tramitação célere e registro a tramitação da proposta de emenda à Constituição que deu autonomia ao Corpo de Bombeiros e que tramitou entre maio e junho de 1999, ou seja, em 32 dias, da apresentação à promulgação, resgatamos, num acontecimento histórico, a autonomia do Corpo de Bombeiros, separando-o da Polícia Militar. Também o projeto do Tribunal de Justiça tramitou, nesta Casa, rapidamente, há pouco mais de um mês. Parece-me que a votação será encerrada hoje à tarde.

Mas a Proposta de Emenda à Constituição nº 80, que unifica as Procuradorias da Fazenda e do Estado, ainda não teve o tratamento dado às matérias mencionadas.

Fiz parte da Comissão Especial para apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 80, mas não conseguimos, a não ser por uma vez, o quórum necessário para a apreciação da matéria. Dois Deputados encaminharam requerimento à Mesa para que a matéria viesse a Plenário, como estabelece o Regimento, e não obtiveram sucesso, para que a Mesa colocasse a proposta de emenda em votação.

Na semana passada, protocolei requerimento com esse fim, para que a proposta de emenda à Constituição viesse a Plenário para ser votada por esta Casa. A matéria em questão já havia sido discutida anteriormente, com relação a proposta semelhante de parlamentar deste Legislativo. Naquele momento, haviam sido esgotadas todas as discussões e esclarecimentos necessários para a votação da matéria, e o Governo entendeu que a matéria era da sua iniciativa privativa. Entendo que, em matéria constitucional, essa norma não se aplica. Apenas em matéria infraconstitucional poderíamos alegar a questão da competência privativa, porque, se assim não fosse, a Constituição, com toda a certeza, ficaria paralisada, e o poder constituinte derivado, que todos os parlamentares têm - o poder de, se assim entenderem, apresentar emendas à Constituição -, de alguma forma não seria exercido em sua plenitude. Mesmo assim, o Governo encaminhou a matéria a esta Casa. Todos sabemos que o Governo tem, ainda mais agora com as últimas articulações, maioria absoluta nesta Casa, já que Deputados que, outrora, eram seus opositores hoje são seus ardorosos defensores. Estranhamos que não haja interesse manifesto do Governo em matéria da sua autoria.

Entrando no mérito da questão, todos sabemos que somente dois Estados não têm as suas Procuradorias, da Fazenda e do Estado, unificadas. É interessante que o STF tenha entendido como inconstitucional a existência de Procuradoria da Fazenda separada da Procuradoria-Geral do Estado, ao analisar provocação a esse respeito que partiu do Estado de Goiás. Temos assistido a inúmeros debates, como o da Associação Nacional de Procuradores de Estado - ANAPE -, que aprovou, em congresso realizado em 1998, tese defendida pelo Procurador do Estado Dr. Marco Túlio Carvalho Rocha, declarando a inconstitucionalidade da Procuradoria da Fazenda. Em consequência, a ANAPE não reconhece os atuais Procuradores da Fazenda como Procuradores do Estado, não permitindo sequer sua filiação aos seus quadros. Além desse argumento, do ponto de vista da manifestação do Supremo ou mesmo da manifestação da ANAPE, é evidente que uma Procuradoria apenas facilitaria muito a ação do Estado; unificaria, de alguma forma, essa ação em parcela significativa dos municípios-pólo de Minas Gerais, sem contar que teríamos economia efetiva nas duas estruturas administrativas, que persistem em caminhar de forma paralela.

Sr. Presidente, membros da Mesa, a sociedade de Minas Gerais cobra esta postura da Mesa, a de incluir essa proposta na pauta de votação, a não ser que o Governo tenha outros interesses não manifestos com relação a essa questão.

O mais honesto seria que o Governo retirasse a sua matéria, a fim de que tramitasse nesta Casa uma matéria de iniciativa dos parlamentares. Não podemos conviver com essas duas estruturas, que, além de anacrônicas e onerosas, são flagrantemente inconstitucionais. Estamos no final do período legislativo. Sabemos que, se houvesse vontade política das Lideranças do Governo - e, quando digo Lideranças do Governo, refiro-me às antigas e às novas -, com toda a certeza teríamos aqui essa matéria em votação. Apresentamos um requerimento e vamos insistir, a todo momento em que estivermos no Plenário, para que essa matéria seja votada.

É interessante que, durante a discussão de anistia fiscal, em mais de um momento, nos últimos oito anos em que estive neste Legislativo, sempre foi criticado o recebimento de honorários por parte dos Procuradores Fiscais em matéria negociada através de anistia fiscal. Muitos parlamentares questionam o recebimento desses honorários mesmo em matéria ordinária, porque o Procurador, antes de tudo, é defensor do Estado, portanto, já é remunerado para fazer essa defesa e não tem nenhum tipo de participação nas conquistas que o Estado consegue ou em honorários em relação a esse recebimento. Se já há uma vontade manifesta do Plenário desta Casa em diferentes momentos de discussão a respeito da anistia fiscal, fica aqui o nosso apelo para que essa matéria seja colocada em prática.

A última questão, Sr. Presidente, que abordamos neste Plenário refere-se à conjuntura política do nosso País. Estamos vivendo um quadro preocupante, porque o Governo Federal começa a destilar todo o seu poder, toda a sua munição, toda a sua bateria contra o candidato do PT e do PL, Luiz Inácio Lula da Silva. E o interessante é que já assistimos a esse filme quando da discussão do nome do PFL, Sra. Roseana Sarney. Não que já não existissem denúncias anteriores sobre o período em que governou o Estado do Maranhão. É interessante que denúncias de dois anos atrás fossem apuradas neste ano pela Polícia Federal, no momento em que ela se destacava na pesquisa eleitoral, ultrapassando o candidato "chapa-branca" do PSDB, Sr. José Serra.

Agora assistimos estarecidos à ação da Polícia Federal, que, por meio de um ofício timbrado - prestem bem atenção, de um ofício timbrado - da CPI do Narcotráfico, realizada há um ano e meio, iniciou uma investigação sigilosa a respeito da vida do Lula. Segundo o Deputado Malta, do

Espírito Santo, Presidente da CPI, e a Deputada do Rio de Janeiro relatora da CPI, esses procedimentos não foram apurados pela CPI. Ficamos sabendo que houve escuta telefônica e, ao mesmo tempo, levantamento de toda a vida do Lula.

Isso é distorção conhecida na época da ditadura. A coisa foi tão violenta que ontem o Procurador-Geral do Estado de São Paulo anunciou que hoje estaria abrindo um processo contra o Delegado que, sem ouvir o Ministério Público, fez tais procedimentos de escuta (...) por um Juiz das varas do Departamento de Investigação e Execução. Não tememos nenhum tipo de apuração, mas esse jogo é sujo. E mais do que isso, não é compatível com o funcionamento do estado democrático de direito. É bom que saibamos que isso é só o início da abertura do saco de maldades do Governo Federal, que tem do seu lado os recursos do orçamento e a mídia, que hoje sobrevive com mais de 60% de verbas de entidades ou empresas públicas do Brasil. Ao mesmo tempo, há o terrorismo que, com toda a certeza, será implantado pelos organismos internacionais de crédito, que querem continuar mantendo o Brasil nesta situação de risco para obterem lucros astronômicos e absurdos num momento em que se fala de estabilidade econômica. A candidatura Lula-Alencar continuará firme, vigilante e será vitoriosa, porque hoje 70% do povo rejeita o Governo Federal, quer mudança no modelo econômico, mudanças estruturais neste País. No final, vai prevalecer a verdade, este grande desejo de mudança que o povo brasileiro quer. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - A história nos mostra que, em momentos de crise, os brasileiros sempre acorreram a Minas Gerais, na busca das diretrizes para contornar o impasse. Pois é em Minas que a crise hoje especificamente se acentua, só que - contrariamente à tradição nacional de a nós recorrer - nós, mineiros, não procuramos a solução além de nossas fronteiras, mas voltamo-nos para nós mesmos para encontrá-la.

A assertiva poderia parecer demonstração de arrogância, mas não o é: ninguém melhor que nós, mineiros, sabe cultivar a modéstia como sinônimo de força e a discrição como prova de equilíbrio. Com esses pressupostos, estamos procurando equacionar os problemas com o auxílio de nosso próprio esforço, como se comprova pelo desenrolar do processo de sucessão ao Palácio da Liberdade.

Com efeito, nas alianças que ora auspiciosamente se consolidam em torno da candidatura do Deputado Federal Aécio Neves ao Governo do Estado, manifesta-se a saudável auto-suficiência da gente montanhesa, pautada por fatores e critérios que historicamente nos projetaram. Aí está a união, congregando-nos em torno de um nome e acima de divergências ideológicas, políticas e partidárias. Aí está o espírito libertário, materializado no sacrifício de Tiradentes e imortalizado na frase de Tancredo Neves, segundo a qual o outro nome de Minas é liberdade.

Ocorre que a liberdade, como conceito perene, comporta desdobramentos de acordo com a época. No Brasil Colônia, o ideal de liberdade era a ruptura com a metrópole colonizadora. Contra o jugo opressor insurgiu-se Felipe dos Santos, num primeiro momento e em terra mineira. Mais adiante, também aqui se desenrolou o drama da Inconfidência, com o exemplo de Tiradentes a semear idéias que futuramente nos levariam à independência.

O Brasil livre concretizou-se com a independência nacional, e Minas não deixou de ser partícipe. E, ao lado do Príncipe Regente, às margens do Ipiranga, estava o mineiro Padre Belchior, dileto conselheiro do futuro Imperador.

Ao fim do Império, com a decadência do regime escravocrata, Minas brada pela liberdade mais uma vez, pela ação extraordinária de Teófilo Ottoni. O ideal de liberdade assume novas feições. Era a República, o governo do povo para o povo que se implantava e preparava o Brasil para o novo século. Nesse movimento, os mineiros estavam na linha de frente, com João Pinheiro e Cesário Alvim.

Em meados da era republicana, novamente se transforma a conotação libertária. Vem a Revolução Liberal de 1930, com Minas liderando as transformações da época, tendo, como arquiteto, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Mas os tempos republicanos nos têm sido cambiantes, tal como o são as exigências da sociedade. O Manifesto dos Mineiros, nos idos de 1940, aquele documento precursor da redemocratização firmado por tantos luminares das Gerais, impõe-se ao País como exemplo de firmeza e patriotismo de mineiros ilustres, como Milton Campos, Pedro Aleixo, Virgílio de Melo Franco, João França de Lima, José Bonifácio, entre tantos.

No início dos anos 60, um mineiro dá ao Brasil a sua nova Capital, Brasília. A era Juscelino foi novo momento em que Minas ditou o ritmo da Nação. Tivemos a segunda redemocratização, em que avultou a figura maior de Tancredo Neves, legando-nos a atualidade democrática, quando as instituições civis se consolidam, apesar da crise econômica, dos desvios federativos e das pressões sociais.

Tudo somado, podemos dizer que os mineiros nunca se omitiram nas grandes questões nacionais, porque o Brasil é grande, mas Minas não é menor. E, se nós, mineiros, sempre acudimos o País nas crises da nacionalidade, vamos agora nos acudir nessa fase particularmente áspera para a terra mineira.

Não é momento de apontar responsabilidades nem de cultivar ressentimentos. Mas, sem prejuízo para a harmonia dos espíritos, é forçoso reconhecer que a crise socioeconômica assume em Minas foros da maior gravidade. A recessão econômica entre nós se traduz pelo desemprego; pela quase falência dos serviços públicos da saúde e da educação, como o comprova a recente greve dos professores; pelo esfacelamento da livre iniciativa, com a indústria e o comércio lutando para sobreviver em meio à guerra fiscal, que já perdemos para outros Estados; com a micro e a pequena empresa esvaindo-se na inviabilidade econômica; com a violência urbana e rural aumentada em níveis alarmantes e com o êxodo do campo e a favelização das cidades.

As nossas estradas, fundamentais para a vida deste gigantesco Estado de 853 municípios, estão em estado caótico.

Politicamente, a tese municipalista se enfraquece, com os municípios perdendo autonomia para a tecnoburocracia. Quanto ao Estado de Minas, a sua presença na cena nacional é quase uma sombra do que foi em outros tempos.

É, portanto, o resgate do Estado de Minas Gerais que está em pauta. E, para assumir o projeto, é óbvio que precisamos de nomes à altura do desafio. Pois o nome, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o de Aécio Neves Cunha, com todo o leque político-partidário e candidaturas que o apóiam.

Do Deputado Aécio Neves Cunha, poderíamos dizer muito e não dizer tudo, mas sempre de modo favorável. Pessoalmente, não escondemos a admiração que sentimos pelo jovem e brilhante estadista que surge no cenário nacional e a confiança que depositamos em nosso futuro Governador. Afinal, a juventude não lhe foi obstáculo para se destacar em quatro mandatos consecutivos na Câmara Federal, culminando com sua investidura na Presidência daquele parlamento.

Com Aécio, podemos garantir que Minas terá a rica herança e a experiência do passado, para enfrentar o presente e sedimentar o futuro. A ascendência ilustre vem-lhe de dois troncos; dos dois herdou ele as melhores qualidades: o avô Tristão da Cunha e o pai Aécio trouxeram-lhe,

das vastidões do Jequitinhonha e do Mucuri, aquela austeridade e firmeza essenciais ao trato da coisa pública; já o avô materno, Tancredo Neves, entre outros dons, transmitiu-lhe a genial habilidade política que o fez superar, em vida, os mais duros obstáculos colocados à frente de um homem público.

Portanto, foram firmeza e habilidade as credenciais que permitiram a Aécio presidir a Câmara, de modo a propiciar-lhe verdadeira reengenharia. Não se curvou à equipe econômica quando achou que não devia, apesar de ser da base de sustentação do Governo. Não se intimidou ante o corporativismo, ao pôr fim à imunidade parlamentar. Não desanimou até formar a maior Bancada do PSDB naquela Casa. Não hesitou, em momento algum, até que o povo brasileiro tivesse voz e vez no parlamento.

Pois tudo isso são garantias sólidas e augúrios luminosos de que Minas reencontrará o seu lugar, com Aécio Neves como nosso Governador.

Se o outro nome de Minas é liberdade, nas palavras de Tancredo Neves, a qualidade da política mineira é o entendimento direcionado ao bem comum. Aécio Neves assumirá, portanto, esta grande missão de conduzir à conciliação e dela extrair as energias necessárias para o enfrentamento das questões sócioadministrativas e econômicas que são postas à nossa frente. Aí está a capacidade de conciliação, colocando lado a lado, com vistas ao bem público, personalidades que se afiguravam antípodas e irreconciliáveis. Será uma caminhada empolgante, a de levar ao povo essa mensagem transformadora, modificadora da nossa realidade, baseada nos caros valores da gente mineira, desenvolvida ao longo de gerações. Agora, na campanha que se inicia. Depois, com o povo e, com a graça de Deus, no Governo, edificando e construindo. Confiar nas potencialidades de Minas é confiar na capacidade de seus líderes. Hoje, temos toda a tranquilidade para confiar, Aécio Neves é o nome e a síntese das vontades da gente mineira. Como Minas, tem passado, é presente, tem futuro.

Cumpre-nos também exaltar a figura honrada do ex-Governador Eduardo Azeredo, candidato a Senador e importante peça nesta árdua tarefa de unir Minas e transformá-la para melhor, ao lado de Aécio Neves.

De Eduardo Azeredo, poderíamos igualmente dizer muito e bem, embora contrariando nele uma de suas mais cativantes qualidades: a modéstia, que, aliada à competência, fazem dele um cidadão respeitado e um político probo. Empresário vitorioso, Prefeito de Belo Horizonte, Governador do Estado, em todas as fases da vida pública, Eduardo Azeredo ratificou o que dele esperávamos, não fosse também filho de um dos luminares da política mineira, o Dr. Renato Azeredo.

Azeredo parte agora para Brasília, levando como cabedal, segundo o lema de sua campanha, "o serviço como resposta à apatia". O lema é justo, porque estará levando para o Senado o que os mineiros têm de melhor. A experiência como administrador e a maturidade política o colocarão no nível de outros tantos mineiros com visão nacionalista e desprovida de regionalismos infundados. Sabemos, por exemplo, que pretende levar para discussão e implantação em âmbito nacional a Lei Robin Hood, uma de suas mais vitoriosas iniciativas no Palácio da Liberdade.

O Senado da República é a casa de representação dos Estados, dentro do equilíbrio constitucional dos sistemas bicamerais. E, na condição de ex-Governador, já tendo experimentado as complexidades da administração estadual, não só dará a Minas enorme contribuição, mas será Minas servindo à Nação. Esta grande arrancada, iniciada agora sob o comando de Aécio Neves, ganha forma e se agiganta, porque tem também, além de seus companheiros de partido, os companheiros do Partido da Frente Liberal, do Partido Progressista Brasileiro e o apoio do Governador Itamar Franco. O leque de sustentação desse projeto alarga-se partidariamente, a cada dia, com agremiações novas, mas cresce solidamente junto aos mineiros e àqueles que representam as forças vivas e organizadas da nossa sociedade.

Se Tancredo Neves fundou e nos legou a Nova República, não será muito propor nova Minas, com novas práticas políticas e nova realidade, beneficiando diretamente o cidadão mineiro, que espera ato decisivo na construção de melhor sociedade. O desafio está lançado. Minas com Aécio. Minas para o Brasil. O Brasil com Minas. Muito obrigado.

O Deputado Amilcar Martins (em aparte)\* - Meu caro Deputado Antônio Carlos Andrada, Líder do PSDB, meu Líder nesta Casa, quero cumprimentar V. Exa. porque ouvi atentamente seu pronunciamento, e não me surpreendo. V. Exa., ao longo de todos estes anos, efetivamente foi a mais grata de todas as revelações, um dos novos valores da vida pública em Minas Gerais, depois de ter sido prefeito com uma gestão consagradora, em Barbacena, sua terra. Agora, fazendo política no âmbito estadual, V. Exa. se firma como um jovem político com poder de liderança, de articulação e com uma força de expressão raramente vista entre os políticos.

Concordo com tudo o que foi dito e cumprimento V. Exa. por isso. Nossa convenção irá consagrar as candidaturas do Deputado Aécio Neves, como futuro Governador de Minas, de Eduardo Azeredo, como nosso futuro Senador da República, ao lado de companheiros de vários partidos políticos, além das coligações formais feitas com os companheiros do PFL e do PPB, mas também com companheiros de outros partidos, que estarão apoiando essa força irreversível da vida política mineira.

Aécio vem retomar para Minas a sua prática política. A política feita sem ódio no coração, a política da conciliação, do entendimento, para engrandecer os mineiros e recolocar Minas no papel que merece na Federação. Estaremos juntos nessa campanha - eu, como um modesto militante -, para juntos levarmos José Serra, Aécio Neves e Eduardo Azeredo a ser os nossos representantes da política nacional.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço ao Deputado Amilcar Martins suas palavras, sobretudo os elogios dirigidos a minha pessoa, que sei são fruto de nossa amizade e companheirismo de bancada. Sou grato pelas palavras, que servem, obviamente, como incentivo para o homem público que se inicia e quer fazer carreira política, em momento tão turbulento. Suas palavras enriquecem o nosso discurso e, sem dúvida alguma, são uma grande contribuição. V. Exa. é também uma das grandes figuras deste parlamento. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcelo Gonçalves\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público da galeria e pessoal da imprensa presente, hoje é realmente um dia de grande satisfação para o nosso Estado, principalmente para a nossa região Centro-Oeste, porque, nesta quinta-feira, foi regulamentada a Lei nº 14.094, de 2001, que reduz o ICMS das empresas de confecção, têxteis e calçadistas, de 18% para 12%.

Tive a felicidade de apresentar esse substitutivo, haja vista que várias empresas dos ramos de calçados, têxtil e de vestuário estavam largando o nosso Estado, devido à cobrança de 18% de ICMS. Essa situação não nos dava a menor chance de competir com os outros Estados.

Agradeço ao Governador Itamar Franco a regulamentação da lei, em nome do povo de Minas Gerais. Agora, nossas empresas continuarão em Minas Gerais, assim como nossas famílias. Realmente, o Estado de Minas Gerais ganhou com essa medida sábia do Sr. Governador.

Quero falar também de outro assunto que nos deixa muito preocupado. Na madrugada desta segunda-feira, a sede da Prefeitura do Rio de Janeiro foi metralhada por mais de 20 bandidos, que dispararam mais de 200 tiros de fuzil contra o prédio e ainda lançaram duas granadas.

Segundo investigações reservadas do Instituto de Criminalística, constatou-se que seis balas de calibre 762, fabricadas pela Wolf - empresa russa de armas e munição -, foram usadas no atentado à Prefeitura, o que está levando a polícia ao principal suspeito pela ação: o tráfico de drogas.

O Governo Estadual considerou a ação como "narcoterrorista" e pediu à União a decretação de estado de defesa, que suspende direitos individuais. Os cariocas, um dia após o atentado, exigem que o Exército seja colocado nas ruas, tamanho é o clima de insegurança que tomou conta de toda a cidade. O País todo assistiu a um crime contra a segurança nacional, e não apenas contra a Prefeitura do Rio de Janeiro.

E se tornar um efeito cadeia? Primeiro, foi o Rio, depois, pode ser São Paulo ou o nosso Estado e o restante do Brasil. Precisamos ser enérgicos e rápidos, exigindo do Governo Federal a criação de mecanismos constitucionais que possibilitem aos Estados brasileiros utilizarem a estrutura das Forças Armadas, para manter a segurança pública e assegurar a paz, que são deveres constitucionais e direito de todo cidadão brasileiro. Do contrário, entraremos numa total comoção social.

Se as investigações apontarem o tráfico de drogas como responsável pelo atentado, volto a insistir no combate aos "empresários desse crime organizado", uma máquina de fazer dinheiro.

Não adianta somente tratar o dependente químico, há de se combater o tráfico de forma a evitar que seus chefes enriqueçam e assim possam trabalhar com armas e instrumentos com alto poder de destruição. A nossa polícia, infelizmente, não tem esses equipamentos que os traficantes utilizam hoje para nos intimidar.

Ontem, o Governo Federal opinou pela criação de uma força-tarefa, que utilizará, além das existentes, o setor de inteligência das Forças Armadas e a Marinha na fiscalização de embarcações. Consideramos a medida muito singela em face da gravidade do problema. O Governo Federal deveria ser mais enérgico, considerando que não estamos lidando com pessoas comuns, mas com quem tem um enorme poder de destruição, um comando que envolve milhares de pessoas.

Esse é o meu alerta. Peço que nós, Deputados de Minas Gerais, lutemos juntos, a fim de proteger o patrimônio público e todas as vidas do País, mantendo a segurança de nossas famílias. Hoje o comando do tráfico de drogas está no Rio, mas amanhã pode chegar a Minas e aos demais Estados do País.

Não podemos deixar toda a nossa sociedade desamparada, como vem ocorrendo em nosso País, devido ao narcotráfico. Em Minas Gerais, a cada 10 minutos, morre uma pessoa em decorrência dessa guerra. Hoje mesmo um jovem de 17 anos morreu por causa do narcotráfico em nossa Minas Gerais. A cada dia, os empresários das drogas organizam-se e fortalecem-se, tomando o espaço dos homens de bem. Tenho a certeza de que o Governo Federal deveria ter tomado uma medida mais enérgica, não apenas colocando a inteligência do Exército ou a Marinha para fiscalizar as embarcações, mas usando mecanismos constitucionais para que o Exército seja colocado nas ruas de cidades onde haja o comando do crime organizado.

Fica nossa preocupação, pois sabemos que o narcotráfico se constitui num verdadeiro governo paralelo. Hoje, prisioneiros somos nós, que já não podemos sair, com nossas famílias, às ruas, ir, à noite, a um restaurante, pois temos medo. Ficamos presos enquanto os assaltantes estão livres. Na Colômbia, as coisas começaram devagar e, hoje, vejam o que aconteceu. Espero que nosso País não se transforme numa segunda Colômbia e que nossos governantes tomem atitudes enérgicas para não ficarmos à mercê dos grandes traficantes e marginais. Necessitamos de leis mais rigorosas.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Deputado Marcelo Gonçalves, acompanho seu pronunciamento, que trata de um tema que interessa a todo o País. Estamos preocupados com o avanço da criminalidade, principalmente em Minas Gerais, Belo Horizonte e Região Metropolitana. Nosso sistema de segurança pública não consegue combater o crime que se organiza e fortalece. O Governo Federal anuncia, apenas para o Rio de Janeiro, ações tímidas, porque não assume sua responsabilidade.

V. Exa., em seu discurso, nos informa sobre o equipamento usado pelos criminosos, armas contrabandeadas, que passaram por nossas fronteiras. Somente em Minas, temos falta de 2.700 policiais rodoviários federais. Um efetivo da Polícia Federal, com 8 mil homens, é muito pouco. Não mais acreditamos nas promessas do Governo Federal em relação à segurança pública, cuja situação é lastimável. Está fora de controle a entrada de armas contrabandeadas, que vão para as mãos de marginais e são utilizadas contra o cidadão e nossos policiais. O Governo Federal anuncia medidas que nenhum alento trazem à população brasileira, que em nada comprovam que o crime organizado será combatido. Não há sequer proposta de reabertura dos postos da Polícia Rodoviária Federal, que se encontram desativados, por onde passam armas e drogas. Não temos policial rodoviário federal em Minas Gerais. Há falta de quase 3 mil homens, o que é um escândalo. As medidas anunciadas pelo Governo Federal não resolverão a situação no Rio de Janeiro nem no País. Lamentamos que o Governo Federal não assuma os criminosos federais. Fernando Beira-Mar, enviado ao Rio de Janeiro, tem sua extradição pedida pelos Estados Unidos, está envolvido com o fornecimento de armas para as forças revolucionárias colombianas. É um criminoso federal. O Governo Federal quer que os Estados mantenham seus criminosos.

Deputado Marcelo Gonçalves, sua preocupação também é nossa e de toda a população brasileira. Não há, por parte dos Governos, do Poder Executivo, ação efetiva e firme para combater o crime, que ganha cada vez mais espaço. E as propostas apresentadas pelo Governo Federal não são suficientes para combatê-lo. Obrigado.

O Deputado Marcelo Gonçalves\* - Agradeço as palavras do Deputado João Leite. Algumas medidas paliativas foram tomadas no Rio de Janeiro, demonstrando atitude muito tímida. O que aconteceu no Rio também pode acontecer em Minas Gerais, caso providências não sejam tomadas.

Temos viajado por Minas Gerais e verificado que todas as barreiras federais estão desativadas. Andamos o Estado inteiro sem parar em barreira, porque não existe policiamento federal em nossas rodovias. Infelizmente, neste País, tem que acontecer um fato para depois serem tomadas as providências. Nunca há medida preventiva. Isso assusta. Algo ruim tem que acontecer para, depois, serem tomadas as medidas, como está ocorrendo no Rio de Janeiro. Ao passo que, se houvesse a prevenção, ficaria mais barato não só para o Governo Federal, mas também para o Estadual e o Municipal, enfim, para toda a sociedade. Como disse anteriormente, tem que acontecer um fato ruim para serem tomadas as medidas. Assim ocorreu quando do assassinato do Promotor Francisco Rego. Foram colocados vários policiais, tanto civis como militares, em todas as ruas de Belo Horizonte, mas depois de presos os criminosos, o policiamento foi relaxado. Não queremos isso. Queremos um trabalho contínuo das duas polícias. Essa é a nossa preocupação e um alerta aos governantes.

Para finalizar, quero falar mais uma vez da grande alegria que sentimos com a medida do Governador Itamar Franco que diminuiu o ICMS das empresas de confecção, das indústrias têxteis e calçadistas. Dessa forma, Minas Gerais só tem a ganhar. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parabênz o Governador Itamar Franco e agradeço a S. Exa. por sua

sensibilidade ao vetar emenda apreciada e aprovada por esta Casa que viabilizaria o fim de obra construída por Deus, em Salto da Divisa a cachoeira Tombo da Fumaça. Emenda aprovada de forma canhestra, fora da tramitação rotineira da Assembléia, que iria destruir essa cachoeira, de beleza inestimável, de valor turístico sem tamanho. Quando a emenda foi aprovada, de afogadilho, fizemos gestões, porque recebemos manifestações das mais legítimas lideranças da região para que encontrássemos maneira de impedir a legalização desse verdadeiro crime contra a natureza a ser perpetrado naquele município.

Está sendo construída na Bahia, no rio Jequitinhonha, barragem de grandes dimensões, sob a responsabilidade de poderosa construtora, que, inicialmente, abrangia a área da cachoeira do Tombo da Fumaça. Foi feito um trabalho nacional, e uma lei aprovada nesta Casa proibiu a ocupação dessa cachoeira e garantiu a construção da barragem, sem que suas águas, quando viesse a ser inundada a região, atingissem a cachoeira.

O que se fez com a emenda, no apagar das luzes, foi tornar sem efeito, sem muita discussão, a lei anterior. Com isso, a barragem poderia, legalmente, ocupar as águas da cachoeira e encerrar uma belíssima obra da natureza em Minas Gerais. Felizmente, o Governador Itamar Franco teve a esperada sensibilidade e vetou essa emenda, de sorte que seu veto, sendo mantido nesta Casa, preservará aquela cachoeira não só para os moradores de Salto da Divisa, mas também para os da região do Jequitinhonha, para Minas e para todo o Brasil. Esse procedimento corajoso do Governador certamente contraria interesses econômicos de grande monta, pois sabemos quanto interessa a ampliação da área das águas da barragem. Mas o Sr. Itamar Franco teve sensibilidade para vetar essa emenda e, com isso, garantiu a preservação do meio ambiente daquela região, mantendo incólume a cachoeira Tombo da Fumaça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, quinta-feira, 27 de junho, a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM - está tomando uma decisão cujas conseqüências, inegavelmente, poderão vir a ser danosas para o meio ambiente e, principalmente, para a credibilidade das instituições ambientais do Estado de Minas Gerais. Trata-se da concessão de uma licença para o desmate de 71ha em Macacos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, para a instalação, por uma poderosa mineradora, de um depósito de rejeitos. Trata-se de um fato consumado de aparente regularidade, porque o desmate vai à decisão da FEAM já cercado de pareceres técnicos favoráveis, entretanto, de legalidade duvidosa.

Os pareceres, segundo as entidades de defesa do meio ambiente, partem de uma análise superficial e estão calçados por uma anomalia legal, pois a região pertence à Área de Proteção Ambiental, APA-Sul, instituída em lei a partir de uma iniciativa de nossa autoria, aprovada por esta Casa. A lei que criou a APA-Sul proíbe procedimentos como o que pretende a aludida mineradora. Além disso, determina que qualquer decisão sobre o meio ambiente na Região Metropolitana de Belo Horizonte terá de passar pelo Conselho Consultivo, sendo necessário fazer um levantamento econômico e ecológico da região abrangida pela APA-Sul. Somente após esse estudo, serão autorizadas algumas iniciativas, e desencorajadas outras. A ganância própria de certos empresários adiantou o processo, sem que fosse feito o levantamento econômico e ecológico - que já poderia estar na FEAM e ser aprovado -, e trouxeram incalculáveis prejuízos para a ecologia e para o meio ambiente de Minas Gerais e, especialmente, das regiões metropolitanas.

Esses dois aspectos, técnico e legal, devem ser objeto de uma cuidadosa decisão por parte das autoridades do Estado e da FEAM. Fizemos contato com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte, e o Secretário Dr. Paulo Maciel sugeriu, por prudência, considerar a hipótese de uma avaliação local, com a visita, à região, de autoridades, técnicos e entidades ambientais, além da representação da Assembléia Legislativa e de autoridades estaduais.

A organização não governamental AMO-Macacos denuncia que a área que será depósito de rejeitos de uma mineradora e que receberá uma pilha de estéril é arborizada, possui uma nascente principal e várias secundárias e é o habitat de macacos de médio porte, além de já ter sido catalogada a presença de inúmeros animais importantes para a preservação da fauna brasileira. Esse caso exige cautela, porque a legislação aprovada por esta Casa, com a transformação da APA-Sul em lei, proíbe tal intervenção. Para obter tal concessão para realizar o desmatamento de uma área superior a 70ha, na Grande BH, a mineradora usa da figura legal discutível de uma licença de operação corretiva. Isso é um absurdo, um acinte e um desrespeito à inteligência, a todas as instituições mineiras, a esta Casa e ao Governo de Minas. Autorizada a licença de exploração para o desmatamento de uma área de mais de 70ha e para a implantação de um depósito de rejeitos minerais, estaremos diante de um fato consumado e de uma agressão sem medida a todos nós, cidadãos mineiros. O mais grave é a decisão que caracterizará a existência no Estado, de dois pesos e duas medidas em casos semelhantes, porque, recentemente, a autorização para a instalação de um depósito de rejeitos dada a outra mineradora buscou preservar a mesma área. Assim, o depósito foi autorizado fora da área das matas e da preservação das nascentes. Sobre esse fato, já existe uma denúncia no Ministério Público de Defesa do Meio Ambiente, protocolada por entidades ambientalistas. Não pode o administrador público ser obstáculo às atividades produtivas. E a mineração é um símbolo da economia mineira. Por isso, a cautela e a prudência exigem a não-precipitação, uma decisão amadurecida, novos laudos técnicos, se for o caso, e o respeito à legislação, dispensando-se as filigranas jurídicas.

Esperamos que esse alerta seja ouvido pelo povo mineiro e pelas autoridades da área de proteção ambiental. Esperamos que todos tenham sensibilidade para evitar que se cometa mais um crime ambiental contra o nosso Estado. Suspendam a decisão de autorizar o desmate, para encontrarmos, em seguida, alternativas econômicas conseqüentes, positivas e saudáveis. Esse é o apelo que fazemos à Fundação Estadual do Meio Ambiente, órgão que está apreciando essa matéria, alvo do nosso pronunciamento nesta tarde.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, vemos a todo o instante esse choque entre o interesse econômico e o meio ambiente, cujo dia internacional foi comemorado há poucos dias. Infelizmente, há poucos defensores, e os que existem não têm força suficiente para evitar que agressões como essa sejam cometidas freqüentemente por entidades com interesses econômico-financeiros acima de tudo e de todos, até mesmo daqueles que defendem e que respeitam o meio ambiente. Esse apelo também se estende à necessidade de o Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente, que tem à sua frente um mineiro da maior competência, o Dr. José Carlos Carvalho, agilizar a implantação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, localizado entre os Municípios de Januária e de Itacarambi. Trata-se de um parque ecológico, com uma qualidade turística e arqueológica inestimável. O Governo Federal, em seus últimos meses, precisa dar prioridade à implantação, do primeiro parque nacional no Norte de Minas.

Esse parque, que tem grande significado ecológico, o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, precisa, neste momento, da presença do Governo Federal para exigir que a Fiat faça o pagamento da indenização a diversos proprietários e que o IBAMA complemente esse trabalho com a indenização da maior parte do parque. Com o pagamento da indenização, teremos condições de ver progressivamente implantado esse parque, que é um símbolo da região Norte de Minas e um ponto importante no turismo do País. Essa é a razão do apelo que fazemos nesta Casa.

Cumprimento o Vereador Antônio Geraldo de Jesus, o conhecido "Toni da Farmácia", de São João da Ponte, Presidente da Associação de Postos de Medicamentos do Estado de Minas Gerais que congrega mais de 300 postos em nosso Estado. Fazendo um trabalho nesta Casa, teve condições de apresentar, por meu intermédio, emenda a um projeto de lei na área de saúde, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que tramitava nesta Casa, regularizando e dando condições de funcionamento aos postos de medicamentos do Estado. Esta Casa aprovou o projeto, e o Governador Itamar Franco o sancionou. Os postos de medicamentos durante muitos anos persistiram na ilegalidade, porque a legislação estadual não os incluía, embora a legislação federal previsse sua existência. A legislação estadual não dava condições reais para o funcionamento deles. Graças a essa emenda, os postos de medicamentos estão em todos os rincões do Estado, principalmente nas cidades pequenas que não dispõem de farmácias, pois elas se localizam a 60km, 80km, 100km de distância. Agora amparados por lei emanada desta Casa, com emenda de nossa autoria, podem funcionar legalmente para dar garantias ao cidadão, que nem sempre pode viajar mais de 100km para adquirir um simples medicamento. Está de parabéns a Associação de Postos de Medicamentos de Minas Gerais, pela iniciativa e pela garantia que deu ao cidadão de ter acesso a medicamentos mais perto de sua casa. Muito obrigado.

\*- Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha\* - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros que nos visitam, em função do pouco tempo que me resta, vou resumir os assuntos que trago à consideração dos meus pares nesta tarde. Comunico que neste momento está ocorrendo, no Auditório desta Casa, a última discussão da comissão de que faço parte sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 87, que prevê a integração das ações entre as Polícias Civil e Militar.

Vou repetir e confirmar: não se trata de fusão, pois é assunto do Congresso Nacional, não é competência desta Casa. Essa proposta de emenda à Constituição pede a integração das ações da PM e da Polícia Civil. Dei exemplo disso, em discurso anterior, quando lembrava que na E. E. Ondina Amaral Brandão, recentemente, estiveram conosco o Cel. Severo, o Major Campolina e o Soldado Barros. Conversávamos com a comunidade dos Bairros Pompéia e Esplanada a respeito da questão da segurança pública. É interessante observar que não temos integração no policiamento comunitário. Esse tipo de fusão é que pretendemos, ou seja, que a PM e a Polícia Civil estejam juntas na questão da segurança pública. É evidente que já existe essa predisposição, manifestada pelo Secretário e pelo Comandante da PM. Mas é bom frisar que hoje o grande tema de qualquer comunidade é a segurança pública, quer seja em Belo Horizonte, quer seja em nossos 853 municípios. A segurança pública é a palavra de ordem nas discussões de todos os setores, a ponto de levar o Presidente da República a dizer que o grande desafio de seu Governo foi a questão inflacionária e preconizar que o grande desafio para o próximo Governo será a segurança pública. É evidente que não disse que seu Governo foi um dos grandes responsáveis pelo aumento da criminalidade, decorrente do aumento do desemprego, do acatamento das decisões e das imposições do FMI. Isso ele deixou de dizer, mas o que estou querendo fazer é mostrar a todos os Deputados a importância disso. Está ocorrendo, concomitantemente, nas Comissões, reunião com os integrantes da Comissão de Segurança, Deputados Sargento Rodrigues, Elaine Matozinhos, Rogério Correia, Anderson Aduato, que discutem a Proposta de Emenda à Constituição nº 87.

Por último, gostaria de dizer, com muita alegria, que a Bancada do PMDB, como religiosamente ocorre, se reuniu para fazer apelo à Deputada Maria Elvira, ex-Deputada desta Casa, mulher brilhante, atuante, de família tradicional de Belo Horizonte, para que componha a chapa do PMDB. Portanto, estamos revigorados com essa possibilidade. Tivemos reunião com a Deputada, quando pudemos lhe mostrar a importância de compor conosco essa chapa. A Deputada Maria Elvira está, infelizmente, desencantada com o Congresso Nacional, com a vida pública. Muitos de nós também estamos sentindo o mesmo, em vista das dificuldades que temos vivido. Hoje a vida pública é para aqueles que tenham vocação ou para aqueles que querem fazer barbárie, ou coisa parecida. Infelizmente, os homens públicos sérios têm tido muito mais desalento do que motivação para participar da vida pública. E isso é o que tem ocorrido com a Deputada Maria Elvira, fiel ao nosso partido, à semelhança da minha história no PMDB. Neste ano, completo duas décadas como peemedebista. Fui por 16 anos Vereador por Belo Horizonte e estou no quarto ano como Deputado Estadual. À minha semelhança, a Deputada Maria Elvira entrou na política por idealismo, não por negociata, para roubar ou coisa parecida. A possibilidade de ser candidata a Vice-Governador revigorará seu ânimo. A expectativa de que aceite o nosso convite e o nosso apelo é muito grande. Essa é a notícia que gostaria de dar a todos os Deputados, aos ouvintes da TV Assembléia, enfim, à comunidade mineira, porque realmente a Deputada Federal Maria Elvira é pessoa de fibra, é mulher de coragem e merece esse destaque, essa manifestação de carinho, apreço e apoio. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## RELATÓRIO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

(art. 51 da Lei nº 13.959 de 26/7/2001)

Unidade Orçamentária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Referência: 2º Trimestre de 2002

Discriminação	Despesa Realizada	Obrigações Patronais	Total
Ativos	35.867.497,80	2.856.825,08	38.724.322,88
Inativos	23.468.061,51	669.418,13	24.137.479,64
Pensionistas	357.341,84		357.341,84
Total	59.692.901,15	3.526.243,21	63.219.144,36

Assembléia Legislativa, 8 de julho de 2002.

Deputado Antônio Júlio, Presidente - Deputado Mauri Torres, 1º-Secretário - João Franco Filho, Diretor-Geral - Leonardo Claudino Graça Boechat, Diretor de Planejamento e Finanças.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 2/7/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 2.279, de 2002, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 8/7/2002, Hugo Motta do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Star One S.A. Objeto: cessão de uso de satélite. Dotação orçamentária: 01.031.101.4-123.000133903900. Vigência: 3 anos a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATAS

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.854/2001

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 24/5/2002, na pág. 21, col. 4, no título do parecer, onde se lê:

"PARA O 1º TURNO", leia-se:

"PARA TURNO ÚNICO".

No mesmo documento, no "Relatório", onde se lê:

"no 1º turno, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, VI, a", leia-se:

"em turno único, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, a".

No mesmo documento, na pág. 22, col. 1, na "Conclusão", onde se lê:

"no 1º turno", leia-se:

"em turno único".

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.013/2002

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 4/7/2002, na pág. 29, col. 4, no "Relatório", onde se lê:

"os arts. 26, 29, 31 e 34", leia-se:

"os arts. 26, 27, 29, 31 e 34".